



CER por quantidade Nº /2021

CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA - CER

CER Nº / 21

PRODUTO – SOLAR FOTOVOLTAICA ou BIOMASSA/2021

CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA – CER, NA MODALIDADE QUANTIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA, QUE ENTRE SI FAZEM A _____ E A CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE.

O VENDEDOR, empresa autorizada para geração de energia elétrica, e o Comprador, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, ambos nomeados e qualificados no QUADRO RESUMO (APÊNDICE I), deste CONTRATO, quando em conjunto denominados PARTES, e separadamente PARTE, neste ato representadas por seus representantes legais ao final assinados, nos termos de seus documentos societários e estatutários.

CONSIDERANDO QUE:

1. A Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, os arts. 3º e 3º-A da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, em conjunto com as disposições do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, da Resolução CREG nº 4, de 9 de setembro de 2021, e da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021, estabelecem as condições para a contratação de ENERGIA DE RESERVA para o Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo os custos associados a tal contratação suportados pelos USUÁRIOS mediante pagamento do EER;
2. a contratação de ENERGIA DE RESERVA é realizada mediante certames promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, direta ou indiretamente, conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia – MME;
3. a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, nos termos do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, com redação dada pelo Decreto nº 6.353, de 2008, possui a atribuição de celebrar os contratos associados à ENERGIA DE RESERVA na qualidade de representante dos USUÁRIOS;
4. o VENDEDOR participou do PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO de 2021 para Contratação de Reserva de Capacidade, na forma de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL, realizado em xx de xxxxxx de 2021, conforme o Edital do Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) nº 1/2021-ANEEL (“EDITAL”);
5. nos termos da respectiva Autorização outorgada pelo Poder Concedente, conforme previsto no EDITAL, o VENDEDOR foi autorizado a gerar energia elétrica, mediante a operação da(s)



CER por quantidade Nº /2021

Central(is) Geradora(s) Solar Fotovoltaica(s), ou Central(is) Geradora(s) a Biomassa(s) descritas no APÊNDICE I;

6. a contratação da ENERGIA DE RESERVA deve observar o disposto na legislação/regulamentação, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO aplicáveis;

As PARTES têm entre si justo e acordado celebrar o presente CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA – CER, doravante denominado “CONTRATO” ou “CER”, o qual se regerá pelas disposições da Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, da Lei nº 10.848, de 2004, do Decreto nº 5.163, de 2004, do Decreto nº 6.353, de 2008, da Resolução Normativa nº 337, de 2008, da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como pelas REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, e de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO E ANEXOS DO CONTRATO

1.1. Este CONTRATO tem por objeto estabelecer os termos e as condições que irão regular a contratação de ENERGIA ELÉTRICA proveniente da USINA do VENDEDOR, na condição de ENERGIA DE RESERVA, a partir da DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO, na modalidade de QUANTIDADE de ENERGIA, conforme os montantes de ENERGIA(S) CONTRATADA(S) indicados na Cláusula 4ª.

1.2. A contratação de que trata a Subcláusula 1.1 destina-se, exclusivamente, ao aumento da segurança no fornecimento de ENERGIA ao SIN, não conferindo cobertura contratual de consumo para os USUÁRIOS.

1.3. São partes integrantes do CONTRATO:

- a) APÊNDICE I – QUADRO RESUMO
- b) APÊNDICE II – PARÂMETROS DA CONTRATAÇÃO;
- c) APÊNDICE III – DEFINIÇÕES; e
- d) ANEXO I – ATO AUTORIZATIVO, que ficará incorporado ao CONTRATO, como se nele estivesse transcrito.

1.4. Em caso de divergências entre as disposições constantes do CONTRATO e as de seus apêndices e anexo, deverão prevalecer as disposições do CONTRATO.

CLÁUSULA 2ª – DAS DEFINIÇÕES E PREMISSAS

2.1. Para o perfeito entendimento e precisão da terminologia técnica empregada no CONTRATO e nos seus anexos, os termos e expressões grafados em letra maiúscula, quando utilizados no CONTRATO terão os significados relacionados no APÊNDICE III – DEFINIÇÕES.

2.2. A utilização das definições constantes do CONTRATO, no plural ou no singular, no masculino ou no feminino, não altera os significados a elas atribuídos no APÊNDICE III – DEFINIÇÕES.

CLÁUSULA 3ª – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PERÍODO DE SUPRIMENTO



CER por quantidade Nº /2021

- 3.1. A vigência do CONTRATO terá início na data de sua celebração e encerramento no dia 31 de dezembro de 2025, observado o disposto na Subcláusula 3.5.
- 3.2. Independentemente do prazo final da autorização do VENDEDOR, o PERÍODO DE SUPRIMENTO terá início à zero hora do dia 1º de maio de 2022 e término às 24 horas do dia 31 de dezembro de 2025.
- 3.3. Na eventualidade de o prazo final da autorização do VENDEDOR encerrar-se antes do término do PERÍODO DE SUPRIMENTO, o sucessor da titularidade da respectiva autorização assumirá todas as obrigações e direitos previstos no CONTRATO.
- 3.4. VENDEDORES poderão antecipar a entrada em operação comercial de seus empreendimentos de geração e o início do PERÍODO DE SUPRIMENTO, desde que os Sistemas de Transmissão ou de Distribuição estejam disponíveis para operação comercial na data antecipada e que não haja restrições para escoamento da energia.
- 3.5. O término do prazo de vigência do CONTRATO não afetará quaisquer direitos ou obrigações anteriores a tal evento, ainda que seu exercício ou cumprimento se dê após o término do CONTRATO.

CLÁUSULA 4ª – DA ENTREGA DA ENERGIA

- 4.1. O VENDEDOR é o responsável pela entrega da ENERGIA CONTRATADA, exclusivamente mediante geração de ENERGIA proveniente da USINA, no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde está localizada.
 - 4.1.1. Em razão do seu objeto, a partir da DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO, toda ou parte da GARANTIA FÍSICA da(s) USINA(S) ficará comprometida com o CONTRATO, por todo o PERÍODO DE SUPRIMENTO.
 - 4.1.2. Caso o vendedor não comercialize a totalidade da energia associada ao empreendimento no Procedimento Competitivo Simplificado de 2021 ficará impedido de comercializar a energia não comprometida com o contrato.
- 4.2. Toda a ENERGIA GERADA proveniente da USINA e entregue pelo VENDEDOR no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde está localizada a USINA será contabilizada e liquidada no MERCADO DE CURTO PRAZO, sendo os recursos correspondentes a essa liquidação destinados à CONER.
- 4.3. O ponto de entrega da ENERGIA CONTRATADA será no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde está localizada a USINA.
- 4.4. O compromisso do VENDEDOR consiste na entrega de ENERGIA, referente exclusivamente à produção de ENERGIA da USINA, referenciada ao CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde a USINA está localizada, no montante da ENERGIA CONTRATADA.
- 4.5. A verificação de entrega de ENERGIA no PERÍODO DE ANTECIPAÇÃO DO SUPRIMENTO, no caso de antecipação da DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO a que se refere a Subcláusula 3.4, sujeitará a CCEE ao pagamento da RECEITA ANTECIPADA, nos termos da Cláusula 6ª.



CER por quantidade Nº /2021

4.6. Os riscos financeiros associados à diferença entre a ENERGIA GERADA e a ENERGIA CONTRATADA, quando da verificação de desvios negativos de geração, serão assumidos pelo VENDEDOR, nos seguintes termos.

4.6.1. A verificação de entrega de ENERGIA em montantes inferiores aos da ENERGIA CONTRATADA, sujeitará o VENDEDOR à penalidade nos termos da Cláusula 9ª.

4.6.2. O montante de ENERGIA não entregue não sujeitará o VENDEDOR à exposição financeira no MERCADO DE CURTO PRAZO.

4.7. A ENERGIA CONTRATADA de cada USINA será definida por ano, a partir de 1 de maio de 2022, e igual ao de ENERGIA associado ao lance vencedor submetido pelo VENDEDOR no PCSPCS, de acordo com a expressão algébrica abaixo:

$$EC_j = EC_{PCS}$$

Onde:

EC_j = ENERGIA CONTRATADA do ano “j”, expressa em $MW_{méd}$;

EC_{PCS} = montante de ENERGIA associado ao lance vencedor submetido pelo VENDEDOR no PCS, expresso em $MW_{méd}$, cujo valor encontra-se no APÊNDICE I do CONTRATO.

4.7.1. Excepcionalmente para o primeiro ano contratual, a ENERGIA CONTRATADA será definida para o período de 1 de maio a 31 de dezembro de 2022.

4.8. Caso a data de entrada em operação comercial da USINA seja anterior a 1º de maio de 2022, toda a ENERGIA GERADA no PERÍODO DE ANTECIPAÇÃO DO SUPRIMENTO será contabilizada no âmbito do CONTRATO, ficando o VENDEDOR impedido de negociar essa ENERGIA em qualquer ambiente de comercialização.

4.9. A ENERGIA CONTRATADA definida no CONTRATO não poderá ser entregue por outras USINAS do VENDEDOR, por outro AGENTE DA CCEE nem pelo conjunto dos AGENTES em razão de operação otimizada do SIN.

4.10. Não será considerada, para fins do CONTRATO, a ENERGIA GERADA durante a operação de testes, devendo essa ENERGIA ser tratada conforme REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO.

4.11. Os vendedores não farão jus à receita de venda antes da entrada em operação comercial da Usina.

4.12. Em caso de decretação de racionamento, a quantidade de ENERGIA CONTRATADA não será reduzida.

CLÁUSULA 5ª – DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. O VENDEDOR é o responsável pela implantação, operação e manutenção da USINA.

5.1.1. As exigências operacionais para a entrega da ENERGIA CONTRATADA deverão ser integralmente atendidas pelo VENDEDOR conforme as condições e padrões estabelecidos



CER por quantidade Nº /2021

em PROCEDIMENTOS DE REDE e em PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO, em especial aqueles relativos à instalação e funcionamento do SMF.

5.1.2. Em relação à operacionalização da entrega da ENERGIA CONTRATADA ao SIN, o VENDEDOR será responsável pela prática de todos os atos necessários e entrega de toda a documentação à CCEE, conforme os prazos e condições previstos nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO aplicáveis, para fins de apuração da geração, modelagem do ativo de medição e outras finalidades relativas ao processo de contabilização e liquidação financeira referentes ao CONTRATO.

5.2. É de inteira responsabilidade do VENDEDOR arcar com todos os riscos, obrigações e responsabilidades, TRIBUTOS, tarifas e encargos de conexão, de uso dos sistemas de transmissão e de distribuição, e aqueles relativos às perdas elétricas devidas e/ou verificadas entre a USINA e o CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde a USINA estiver localizada.

5.3. A CCEE promoverá a cobrança e o recolhimento do EER, bem como a gestão da CONER, com vistas ao pagamento da RECEITA DE VENDA estabelecida na Cláusula 6ª e de eventuais acréscimos monetários resultantes de mora, nos termos da Cláusula 8ª.

5.4. A CCEE sujeitar-se-á a eventuais sanções pelo descumprimento das regras previstas no CONTRATO, bem como na legislação e regulamentação atinentes à gestão dos contratos associados à ENERGIA DE RESERVA e à gestão da CONER.

5.5. As PARTES promoverão todos os pagamentos e/ou recebimentos devidos, conforme as disposições estabelecidas no CONTRATO, na LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA.

5.5.1. Na definição dos valores monetários a serem lançados no MAPA DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, serão considerados, de forma conjunta, os valores associados:

- (i) à RECEITA DE VENDA;
- (ii) à RECEITA ANTECIPADA;
- (iii) à penalidade estabelecida na Cláusula 9ª e na Subcláusula 6.12; e
- (iv) a demais disposições do CONTRATO que envolvam acerto financeiro.

5.6. O VENDEDOR obriga-se a não celebrar quaisquer contratos de venda de ENERGIA que tenha a USINA como lastro durante toda a vigência do CONTRATO.

CLÁUSULA 6ª – DA RECEITA DE VENDA

6.1. O VENDEDOR fará jus ao recebimento da RECEITA DE VENDA a partir da entrada em operação comercial da USINA, conforme estabelecido nesta Cláusula.

6.2. A RECEITA de cada USINA é composta pela RECEITA DE VENDA e pela RECEITA ANTECIPADA, definida com base no PREÇO DE VENDA da USINA e nos montantes de ENERGIA GERADA e ENERGIA CONTRATADA, conforme disposições constantes desta Cláusula, e será paga no âmbito da



CER por quantidade Nº /2021

LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, mediante utilização de recursos financeiros advindos exclusivamente da CONER.

6.3. O PREÇO DE VENDA, estabelecido no PCS na base xxxxxxxx de 2021 (mês de realização do PCS), que será atualizado monetariamente, a partir do primeiro dia do mês de xxxxxxxx de 20xx (mês subsequente ao mês de realização do PCS), com base no IPCA é aquele a seguir discriminado:

- (i) PREÇO DE VENDA da USINA A: R\$/MWh (valor por extenso);
- (ii) PREÇO DE VENDA da USINA B: R\$/MWh (valor por extenso); e
- (iii) PREÇO DE VENDA da USINA N: R\$/MWh (valor por extenso).

6.4. A atualização monetária do PREÇO DE VENDA deverá ocorrer anualmente, sempre no mês de xxxxxxxx (mesmo mês de realização do PCS), respeitado o prazo mínimo de doze meses, contados a partir do primeiro dia do mês de xxxxxxxx de 2021 (mês subsequente ao mês de realização do PCS), e observada a seguinte equação algébrica:

$$PV_i = PV_0 * \left(\frac{I_i}{I_0} \right)$$

Onde:

PV_i = PREÇO DE VENDA corrigido, expresso em R\$/MWh;

PV₀ = PREÇO DE VENDA resultante do PCS, expresso em R\$/MWh;

I_i = valor do número índice do IPCA do mês de xxxxxxxx (mês anterior ao de realização do PCS); e

I₀ = valor do número índice do IPCA do mês de xxxxxx de 20xx (mês de realização do PCS).

6.4.1. Deverão ser adotadas seis casas decimais para os cálculos, desprezando-se os demais algarismos a partir da sétima casa, inclusive.

6.5. Caso o IPCA não seja publicado até o processamento do cálculo do EER a ser pago pelos USUÁRIOS para fins de realização da LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, será utilizado o último índice publicado, e o ajuste será efetuado na primeira liquidação financeira após a publicação do índice que deveria ter sido utilizado.

6.6. Caso venha a ocorrer a extinção do IPCA, adotar-se-á outro índice oficial que venha a substituí-lo, e, na falta deste, outro com função similar, conforme determinado pelo Poder Concedente.

6.7. A RECEITA DE VENDA corresponderá ao pagamento mensal associado à ENERGIA GERADA mensal valorada pelo PREÇO DE VENDA até alcançar o limite da ENERGIA CONTRATADA para o ano e pelo PLD mínimo após superar esse limite, mediante aplicação das seguintes equações algébricas, para cada USINA:



CER por quantidade Nº /2021

$$RV_m = Parc_1 + Parc_2$$

$$Parc_1 = PV_i \times \min \left\{ \left[(EC_j \times n^\circ \text{ horas ano}) - \min (GE_j; (EC_j \times n^\circ \text{ horas ano})) \right]; GE_m \right\}$$

$$Parc_2 = PLD_{\min} \times \max \{ GE_m + \min [GE_j; (EC_j \times n^\circ \text{ horas ano})] - (EC_j \times n^\circ \text{ horas ano}); 0 \}$$

Onde:

RV_m = RECEITA DE VENDA mensal, expressa em R\$;

EC_j = ENERGIA CONTRATADA do ano “j”, expressa em MWmédio;

GE_m = montante de ENERGIA GERADA no mês referenciado ao CENTRO DE GRAVIDADE, expresso em MWh;

GE_j = montante de ENERGIA GERADA no ano “j” referenciado ao CENTRO DE GRAVIDADE, expresso em MWh;

PV_i = PREÇO DE VENDA vigente no período considerado, expresso em R\$/MWh;

PLD_{\min} = PREÇO DE LIQUIDAÇÃO DAS DIFERENÇAS mínimo vigente no período considerado ano “j”, expresso em R\$/MWh;

$n^\circ \text{ horas ano}$ = número de horas no ano “j”.

6.8. Em caso de antecipação de que trata a Subcláusula 3.4, além de RECEITA DE VENDA pela energia gerada valorada pelo preço de venda, os vendedores farão jus ao recebimento de RECEITA ANTECIPADA pela energia gerada, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do preço de venda durante o período de antecipação entre a entrada em operação comercial da USINA e o início de suprimento do CER.

6.9. A RECEITA ANTECIPADA será devida a cada mês em que houver geração, durante todo o PERÍODO DE ANTECIPAÇÃO DO SUPRIMENTO, e será definida pela seguinte equação algébrica, para cada USINA:

$$RA_m = GA_m \times (PV_i \times 0,5)$$

Onde:

RA_m = RECEITA ANTECIPADA correspondente ao mês “m”, expressa em R\$;

GA_m = montante de ENERGIA GERADA no mês “m” no período da antecipação, referenciado ao CENTRO DE GRAVIDADE, expresso em MWh; e

PV_i = PREÇO DE VENDA vigente no período considerado, expresso em R\$/MWh.



CER por quantidade Nº /2021

6.10. A RECEITA ANTECIPADA será paga mensalmente em uma única parcela, após a conclusão do processo mensal de contabilização dos montantes de ENERGIA GERADA referenciados ao CENTRO DE GRAVIDADE do Submercado onde está localizada a USINA.

6.11. Cada componente da RECEITA DE VENDA definida nesta Cláusula será lançada como crédito do VENDEDOR no processo de LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, em conformidade com o disposto na Subcláusula 5.5.

6.12. O VENDEDOR não fará jus ao recebimento da receita de venda nos casos de restrições ao escoamento ou de indisponibilidade, na data de início de suprimento contratual de energia elétrica, das Instalações de Distribuição ou de Transmissão necessárias para o escoamento da energia produzida pelo empreendimento de geração apto a entrar em Operação Comercial.

6.12. O atraso na entrada em operação comercial da USINA, inclusive em razão do disposto na Subcláusula 6.16, sujeitará o VENDEDOR à penalidade por atraso apurada mensalmente, por unidade geradora em atraso, obtida mediante o emprego da seguinte equação algébrica:

$$PAT_{UG} = 0,5 \times n^{\circ} \text{ de dias de atraso} \times 24 \text{ horas} \times PV_m \times EC \times \left(\frac{POT_{UGAT}}{POT_{Total}} \right)$$

Onde:

PAT_{UG} : Penalidade por atraso, expressa em Reais (R\$), de cada unidade geradora;

PV_m : PREÇO DE VENDA associado ao lance vencedor submetido pelo VENDEDOR no PCS;

EC : ENERGIA DO EMPREENDIMENTO, em MWmédio;

POT_{UGAT} : POTÊNCIA INSTALADA referente à unidade geradora em atraso comprometida com o CONTRATO, expressa em MW;

POT_{Total} : POTÊNCIA INSTALADA referente à completa motorização da USINA, expressa em MW.

6.13. Todas as atividades, operações e processos atinentes ao cálculo da RECEITA DE VENDA independentemente de sua definição e tratamento no CONTRATO, deverão ser realizados conforme previsto nas DIRETRIZES, em regulamentação da ANEEL e em REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

6.14. O VENDEDOR declara, de forma irrevogável e irretratável, que o PREÇO DE VENDA, em conjunto com as respectivas regras de atualização monetária e de pagamento previstas no CONTRATO, são suficientes para o cumprimento integral das obrigações previstas no presente instrumento.

6.15. Caso sejam criados, após a data de assinatura do CONTRATO, novos tributos, encargos setoriais ou contribuições parafiscais e outros encargos legais, ou modificados a base de cálculo, as alíquotas ou o regime de arrecadação dos atuais, de forma a aumentar ou diminuir o ônus do VENDEDOR, com repercussão no equilíbrio contratual, o PREÇO DE VENDA poderá ser adequado de



CER por quantidade Nº /2021

modo a refletir tais alterações, para mais ou para menos, que entrará em vigor após homologação pela ANEEL.

6.16. O atraso da entrada em operação das instalações de transmissão e/ou distribuição necessárias para o escoamento da energia a ser produzida pela USINA, que não estejam sob responsabilidade do VENDEDOR, não exime o VENDEDOR das obrigações estabelecidas no CONTRATO.

CLÁUSULA 7ª – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento mensal da RECEITA DE VENDA devida ao VENDEDOR, o que pode incluir a RECEITA ANTECIPADA, observado o disposto na Subcláusula 5.5, será efetuado no âmbito da LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, nos termos da regulamentação específica.

7.1.1. O pagamento da RECEITA DE VENDA, observado o mecanismo de que trata a subcláusula 5.6, será realizado pela CCEE mediante crédito em conta corrente de titularidade do (da filial do) VENDEDOR, aberta para tal fim sob o nº _____, na Agência nº ____ do Banco _____, para a USINA A, sob o nº _____, na Agência nº ____ do Banco _____, para a USINA B e sob o nº _____, na Agência ____ do Banco _____, para a USINA N, sendo que a(s) referida(s) conta(s) corrente(s) só poderá(ão) ser alterada(s) mediante prévia e expressa anuência do financiador da(s) USINA(S).

7.2. A realização da liquidação financeira mencionada na Subcláusula 7.1 ocorrerá em data definida em PROCEDIMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO específico, respeitadas as previsões contratuais.

7.3. O efetivo pagamento da RECEITA DE VENDA estará condicionado à entrada em operação comercial da USINA, e se dará na proporção da potência da(s) unidade(s) geradora(s) em operação comercial em relação à potência da USINA.

7.4. O valor mensal referente ao crédito do VENDEDOR conferido pela RECEITA DE VENDA deverá considerar eventuais acréscimos monetários resultantes de mora, conforme disciplina constante da Cláusula 8ª.

7.5. O pagamento mensal devido ao VENDEDOR será realizado exclusivamente com recursos financeiros da CONER.

7.6. Os pagamentos devidos ao VENDEDOR deverão ser efetuados livres de quaisquer ônus e deduções não autorizadas, inclusive de eventuais despesas financeiras decorrentes dos referidos pagamentos.

CLÁUSULA 8ª – DA MORA NO PAGAMENTO E SEUS EFEITOS

8.1. Fica caracterizada a mora quando o valor monetário obtido pelo VENDEDOR, após a realização da LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, considerados os recursos financeiros disponíveis na CONER, for inferior ao valor mensal referente



CER por quantidade Nº /2021

ao crédito do VENDEDOR constante do MAPA DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA.

8.2. No caso de mora, incidirão sobre a parcela não recebida ou que deixou de ser paga pelo VENDEDOR, os seguintes acréscimos:

- (i) multa de 2% (dois por cento); e
- (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*.

8.3. Os acréscimos previstos na Subcláusula 8.2 incidirão sobre o valor das parcelas em atraso, mensalmente atualizadas pela variação *pro rata die* do IPCA, relativo ao mês anterior, observado o disposto na Subcláusula 6.5, e serão inclusos no MAPA DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA do mês subsequente.

8.4. Se, no período de atraso, a correção monetária for negativa, a variação prevista na Subcláusula 8.3 será considerada nula.

CLÁUSULA 9ª – DA PENALIDADE POR DESVIOS NEGATIVOS DE GERAÇÃO

9.1. Os riscos financeiros associados à diferença negativa entre a ENERGIA GERADA e a ENERGIA CONTRATADA, conforme disposto na Subcláusula 4.5, serão apurados ao fim do ano contratual, como penalidade devida pelo VENDEDOR.

9.2. O valor da penalidade devida pelo VENDEDOR, ao final de cada ano contratual, nos casos em que o montante gerado for inferior ao montante contratado, será estabelecido para cada USINA mediante aplicação da seguinte equação algébrica:

$$PEN_m = (EC_j - GE_j) * PV_i * 0,15$$

Onde:

PEN_m = valor da penalidade associada à diferença entre a geração contratada e a geração apurada, expresso em R\$;

PV_i = PREÇO DE VENDA expresso em R\$/MWh;

EC_j = ENERGIA CONTRATADA do ano “j”, expressa em MW_{médio}; e

GE_j = montante de ENERGIA GERADA no ano “j” referenciado ao CENTRO DE GRAVIDADE, expresso em MWh.

9.3. A penalidade de que trata a Subcláusula 9.2, deverá ser paga ao fim do ano contratual, devendo os recursos financeiros advindos dessa penalidade serem destinados à CONER.

9.4. Os valores monetários associados às penalidades de que trata esta Cláusula serão lançados como débito do VENDEDOR no processo de LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, em conformidade com o disposto na Subcláusula 5.5.

CLÁUSULA 10ª – DA RESOLUÇÃO



CER por quantidade Nº /2021

10.1. Este CONTRATO poderá ser objeto de resolução na ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses:

- I. decretação da falência, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial do VENDEDOR, mediante aviso ou notificação com antecedência de dez dias;
- II. revogação de qualquer autorização ou licença legal, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas no CONTRATO, inclusive, mas não se limitando, à concessão de serviço público, permissão ou autorização e revogação de garantia física;
- III. atraso superior a 90 (noventa) dias para entrada em operação comercial;
- IV. desligamento do VENDEDOR da CCEE, nos termos das normas de regência;
- V. atraso superior a trinta dias no adimplemento da obrigação de reconstituição dos valores originalmente aportados de garantia de participação e de fiel cumprimento da USINA;
- VI. aquela estabelecida na Subcláusula 13.1.1.

10.2. Este CONTRATO poderá ser resolvido, a critério da PARTE adimplente, em caso de descumprimento de qualquer obrigação contratual pela outra PARTE.

10.2.1. Na ocorrência da hipótese prevista na Subcláusula 10.2, a PARTE adimplente deverá enviar notificação por escrito à outra PARTE.

10.2.2. Caso não sanada a situação de inadimplemento contratual, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação de que trata a Subcláusula 10.2.1, a PARTE adimplente considerará resolvido o CONTRATO.

10.3. Estabelecida a resolução do CONTRATO, a PARTE inadimplente obriga-se a manter a PARTE adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos do CONTRATO, observado o disposto na Cláusula 11ª, responsabilizando-se também pelo pagamento de quaisquer ônus decorrentes de tal resolução.

10.4. A resolução do CONTRATO não libera as PARTES das obrigações devidas até a data do distrato e não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após a resolução ou que dela decorra.

10.5. Caso a resolução do CONTRATO seja motivada por qualquer das hipóteses previstas nos itens III e IV da Subcláusula 10.1, o VENDEDOR não fará jus ao recebimento dos recursos financeiros de que trata a Subcláusula 7.4.

CLÁUSULA 11ª – DA RESPONSABILIDADE E INDENIZAÇÃO

11.1. A PARTE que, por sua ação ou omissão, der causa à resolução do CONTRATO por incorrer em alguma das hipóteses tratadas na Cláusula 10ª, ficará obrigada a pagar à outra PARTE, sem prejuízo de perdas e danos, penalidade de multa por resolução, calculada de acordo com a equação algébrica descrita:



CER por quantidade Nº /2021

$$Multa = \min \left(\sum_{USINAS} PV_i \times VECR; \sum_{USINAS} PV_i \times EC_j \times 8.760 \right)$$

Onde:

PV_i : PREÇO DE VENDA: PREÇO DE VENDA de cada USINA vigente na data de resolução, nos termos da Cláusula 7ª;

EC_j : ENERGIA CONTRATADA do ano “j” em MW_{médio};

VECR: volume de ENERGIA CONTRATADA de cada USINA remanescente entre a data de resolução e a data de término do PERÍODO DE SUPRIMENTO, expresso em MWh;

Min: é a função mínimo que calcula o menor dentre dois valores.

11.2. A PARTE inadimplente deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que ocorrer a resolução, efetuar o pagamento do valor estipulado na Subcláusula 11.1, acrescido de juros à taxa estipulada no item (ii) da Subcláusula 8.2, calculados entre a data de cálculo da multa e a data do efetivo pagamento.

11.3. Caso haja controvérsia com relação ao pagamento da penalidade de multa por resolução prevista na Subcláusula 11.1, a questão deverá ser submetida ao processo de solução de controvérsia, na forma da Cláusula 12ª, no que aplicável.

11.4. A responsabilidade de cada uma das PARTES no âmbito do CONTRATO estará, em qualquer hipótese, limitada aos montantes de danos que der causa.

11.5. Pelo descumprimento de qualquer obrigação de sua responsabilidade, as PARTES sujeitar-se-ão à aplicação das penalidades administrativas cabíveis, conforme a legislação aplicável, sem prejuízo da aplicação do disposto no CONTRATO.

CLÁUSULA 12ª – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

12.1. Uma controvérsia se inicia com a NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA de uma PARTE a outra.

12.2. Na eventualidade de ocorrerem controvérsias derivadas do CONTRATO, as PARTES buscarão solucioná-las amigavelmente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA.

CLÁUSULA 13ª – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

13.1. Caso o VENDEDOR não possa cumprir qualquer de suas obrigações, por motivo de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil, o CONTRATO permanecerá em vigor, mas o VENDEDOR não responderá pelas consequências do não cumprimento de suas obrigações nos termos do CONTRATO, ficando a CCEE isenta das obrigações previstas na Cláusula 7ª, durante o período de ocorrência do evento e proporcionalmente aos seus efeitos.

13.1.1. Caso o evento de caso fortuito ou força maior afete o VENDEDOR no cumprimento da totalidade de suas obrigações por toda a vigência contratual remanescente, se resolve o CONTRATO.



CER por quantidade Nº /2021

13.2. Nenhum evento de caso fortuito ou força maior eximirá o VENDEDOR de quaisquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que tenham se constituído antes dele, embora vençam durante o evento de caso fortuito ou força maior, em especial as obrigações de entrega da(s) ENERGIA(S) CONTRATADA(S) e o pagamento de eventuais ressarcimentos.

13.3. O VENDEDOR, ao invocar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, deverá adotar as seguintes medidas:

- I. notificar a CCEE e a ANEEL da ocorrência de evento que possa vir a ser caracterizado como de caso fortuito ou força maior, tão logo quanto possível, mas, em nenhuma circunstância, em prazo superior a 5 (cinco) dias contados da data em que tiver tomado conhecimento de sua ocorrência, fornecendo uma descrição da natureza do evento, uma estimativa de sua duração e do impacto no desempenho de suas obrigações contratuais;
- II. informar regularmente à ANEEL e à CCEE a respeito de suas ações e de seu plano de ação para remediar e/ou minimizar tais consequências;
- III. adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando retomar suas obrigações contratuais com a maior brevidade possível;
- IV. respaldar todos os fatos e ações com documentação ou registro disponível;
- V. prontamente comunicar à CCEE e à ANEEL do término do evento de caso fortuito ou força maior e de suas consequências; e
- VI. solicitar decisão da ANEEL quanto à caracterização da ocorrência do evento como de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA 14ª – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O presente CONTRATO é celebrado em caráter irrevogável e irretratável pelo prazo de vigência definido na Cláusula 3ª, ressalvadas as disposições contidas na Cláusula 10ª.

14.2. Todas as atividades, operações e processos previstos no CONTRATO, independentemente de sua definição e tratamento neste instrumento, deverão ser realizados conforme o previsto na legislação aplicável à matéria, em regulamentação da ANEEL, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, nos PROCEDIMENTOS DE REDE e nos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO, não havendo oponibilidade de ato jurídico perfeito ou direito adquirido às determinações regulamentares.

14.3. O presente CONTRATO não poderá ser alterado, exceto por meio de aditamento escrito firmado pelas PARTES, ou outro meio constante em PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, observado o disposto na Lei nº 10.848, de 2004, na Lei nº 11.488, de 2007, no Decreto nº 5.163, de 2004, no Decreto nº 6.353, de 2008, e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

14.4. Ficam autorizadas cessões de direitos e/ou obrigações decorrentes do CONTRATO nos casos de reestruturação societária (cisão, fusão, incorporação, criação de subsidiária, etc.) do VENDEDOR, com anuência prévia da CCEE e celebração de Termo Aditivo previamente aprovado pela ANEEL,



CER por quantidade Nº /2021

respeitadas as condições pactuadas no presente CONTRATO, notadamente o(s) PREÇO(S) DE VENDA.

14.5. No caso da mudança de titularidade da autorização do VENDEDOR, observado o disposto no Inciso II da Subcláusula 14.8, e respeitadas as condições pactuadas no CONTRATO, fica prévia e expressamente assegurada a sub-rogação dos direitos e obrigações decorrentes do CONTRATO, com anuência prévia da CCEE.

14.6. O VENDEDOR poderá ceder os direitos creditórios decorrentes do CONTRATO em garantia de contratos de financiamentos relacionados à(s) USINA(S), com anuência prévia da CCEE.

14.7. Nenhum atraso ou tolerância, por qualquer das PARTES, relativamente ao exercício de qualquer direito, poder, privilégio ou recurso contido no CONTRATO, será tido como passível de prejudicar tal direito, poder, privilégio ou recurso, nem será interpretado como renúncia desse(s) ou novação da(s) obrigação(ões).

14.8. Sem prejuízo das demais obrigações previstas no CONTRATO, as PARTES obrigam-se a:

- I. observar e cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável aos seus negócios sociais e às atividades a serem desempenhadas nos termos do CONTRATO;
- II. obter e manter válidas e vigentes, durante o prazo de vigência do CONTRATO, todas as licenças e autorizações atinentes aos seus negócios sociais e/ou ao cumprimento das obrigações, inclusive no que diz respeito à outorga de autorização, assumidas no presente CONTRATO, exceto se tal situação for modificada por AUTORIDADE COMPETENTE e, nesse caso, as PARTES obrigam-se a adotar alternativa contratual que preserve os efeitos econômicos e financeiros do CONTRATO em conformidade com o originalmente pactuado, a menos que ocorra revogação de garantia física da(s) USINA(S), caso em que será observado o disposto em 10.2; e
- III. informar a outra PARTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contado da data do conhecimento do evento, sobre quaisquer eventos, de qualquer natureza, que possam representar ameaça ao cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas no CONTRATO.

14.9. Qualquer aviso ou outra comunicação de uma PARTE a outra a respeito do CONTRATO será feita por escrito, em língua portuguesa, e deverá ser entregue ou enviada por correio registrado, fac-símile ou meio eletrônico, em qualquer caso com prova formal do seu recebimento, ao endereço e em atenção dos representantes legais e representantes operacionais, a saber:

Se para o VENDEDOR:

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail:

Se para a CCEE:



CER por quantidade Nº /2021

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail:

14.10. Na hipótese de qualquer das disposições previstas no CONTRATO vir a ser declarada ilegal, inválida ou inexecutável, as disposições remanescentes não serão afetadas, permanecendo em plena vigência e aplicação e, nessa hipótese, as PARTES se obrigam, desde já, a adotar uma disposição que a substitua e que atenda aos objetivos da disposição considerada ilegal, inválida ou inexecutável, e que mantenham, tanto quanto possível, em todas as circunstâncias, o equilíbrio dos interesses comerciais das PARTES.

14.11. O presente CONTRATO deverá ser homologado pela ANEEL, bem como seus eventuais aditamentos ou alterações, caso aplicável.

14.12. Este CONTRATO é reconhecido pelas PARTES como título executivo, na forma do artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil Brasileiro, para efeito de cobrança dos valores devidos.

14.13. Este CONTRATO será regido e interpretado, em todos os seus aspectos, de acordo com as leis brasileiras.

14.14. Observado o disposto na Cláusula 12ª, fica eleito o Foro da Comarca da CCEE, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a finalidade específica de adoção de eventuais medidas coercitivas ou cautelares entendidas como necessárias pelas PARTES, bem como para a eventual execução de sentença arbitral ou o ingresso de pedido de decretação de nulidade de sentença arbitral.

E, por estarem assim justas e contratadas, as PARTES celebram o presente instrumento.

_____, _____, de _____ de _____.
(Cidade) (Dia) (Mês) (Ano)

VENDEDOR:

Nome:

Cargo:

RG:

CPF/MF:

Nome:

Cargo:

RG:

CPF/MF:

CCEE:



CER por quantidade Nº /2021

Nome:

Cargo:

RG:

CPF/MF:

Nome:

Cargo:

RG:

CPF/MF:

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

CPF/MF:

Nome:

RG:

CPF/MF:



CER por quantidade Nº /2021

APÊNDICE I

QUADRO RESUMO

CER Nº/21

PRODUTO 2022 / 2025 (SOLAR FOTOVOLTAICA ou BIOMASSA)

1. PARTES contratantes:

1.1 VENDEDOR:(NOME E QUALIFICAÇÃO)

1.2 COMPRADOR:..... (NOME E QUALIFICAÇÃO)

2. Dados do PCS:

2.1. Procedimento Competitivo Simplificado de 2021 para Contratação de Reserva de Capacidade, na forma de Energia de Reserva, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e realizado em de de, conforme o PCS nº 1/2021-ANEEL (“Edital”), nos termos Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, das Leis nº 10.848, de 15 de março de 2004, nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e nº 11.943, de 28 de maio de 2009, dos Decretos nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, e nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021, da Resolução Homologatória ANEEL nº, de de de, e demais disposições aplicáveis

3. Dados do(s) ATO(S) AUTORIZATIVO(S):

(i) Central Geradora Solar SOL (Biomassa BIO)....., localizada em....., com POTÊNCIA INSTALADA de MW (“USINA A”); ATO AUTORIZATIVO nº..... (“USINA A”); e

(ii) Central Geradora Solar SOL (Biomassa BIO)....., localizada em....., com POTÊNCIA INSTALADA de MW (“USINA A”); ATO AUTORIZATIVO nº..... (“USINA A”); e

denominadas em conjunto de USINAS



CER por quantidade Nº /2021

4. MONTANTES CONTRATADOS

Tabela 01 – ENERGIA CONTRATADA

ANO DE SUPRIMENTO	ENERGIA CONTRATADA (MW _{médios})
2022	
2023	
2024	
2025	

5. DA RECEITA DE VENDA

5.1._O valor inicial do PREÇO DE VENDA de cada USINA, referenciado ao mês de realização do PCS é de:

(i) R\$ (.....), para a USINA A;

(ii) R\$ (.....), para a USINA N.

6. REPRESENTANTES OPERACIONAIS:

6.1. Se para o VENDEDOR:

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail:

6.2. Se para o COMPRADOR:

A/C:

Tel.:

Fax:

E-mail:



CER por quantidade Nº /2021

E, por estarem assim justas e contratadas, as PARTES celebram o presente instrumento.

_____, _____, de _____ de _____ .
(Cidade) (Dia) (Mês) (Ano)

VENDEDOR:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

COMPRADOR:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:
CPF/MF:

Nome:
RG:
CPF/MF:



CER por quantidade Nº /2021

APÊNDICE II

PARÂMETROS DA CONTRATAÇÃO

USINA(S) A a N

6. Nome da USINA:
7. Localidade:
8. SUBMERCADO:
9. POTÊNCIA TOTAL: MW
 - a. POTÊNCIA da unidade geradora 01: MW
 - b. POTÊNCIA da unidade geradora 02: MW
 - c. ...
 - d. POTÊNCIA da unidade geradora n: MW
10. Tipo: Central Geradora Solar (Térmica a Biomassa)
11. GARANTIA FÍSICA: MW médios (Portaria SPE/MME nº , de/...../.....)
12. Indisponibilidade Programada: %
13. Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada: %
14. Data prevista para a entrada em operação comercial da USINA:
 - a. Unidade geradora 01:/...../.....
 - b. Unidade geradora 02:/...../.....
 - c. ...
 - d. Unidade geradora n:/...../.....
- 15.



CER por quantidade Nº /2021

* Valores declarados pelo VENDEDOR e constantes da Habilitação Técnica nº _____,
de ____ de _____ de 20xx.

16. Número de LOTES negociados no PCS:



CER por quantidade Nº /2021

APÊNDICE III

DEFINIÇÕES

AGENTE DA CCEE ou AGENTE: concessionário, permissionário, autorizado de serviços e instalações de energia elétrica e consumidores integrantes da CCEE;

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, autarquia sob regime especial instituída pela Lei nº 9.427, de 1996, modificada pela Lei nº 10.848, de 2004, responsável pela regulação, controle e fiscalização dos serviços e instalações de energia elétrica;

ATO AUTORIZATIVO: é o ato de outorga de autorização para geração de energia elétrica emitido pelo Poder Concedente;

AUTORIDADE COMPETENTE: qualquer entidade governamental que tenha competência para interferir no CONTRATO ou nas atividades das PARTES;

BANCO LIQUIDANTE: instituição financeira contratada pela CCEE para proceder à LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA;

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da ANEEL, segundo a CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, possuindo a atribuição de celebrar os contratos associados à ENERGIA DE RESERVA, nos termos do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, com redação dada pelo Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008;

CENTRO DE GRAVIDADE: ponto virtual definido nas REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO relativo ao SUBMERCADO onde está localizada a USINA e será efetuada a entrega da ENERGIA produzida pela USINA;

CONTA DE ENERGIA DE RESERVA – CONER: conta corrente específica administrada pela CCEE para realização de operações associadas à contratação e uso de ENERGIA DE RESERVA;

CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA – CER: o presente contrato celebrado entre o VENDEDOR e a CCEE;

CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO: instrumento jurídico instituído pela Resolução Normativa nº 109, de 26 de outubro de 2004, nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004;

DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO: data de início do PERÍODO DE ENTREGA DA ENERGIA CONTRATADA ou a data de início da operação comercial da(s) USINA(S) no caso de antecipação da DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO, nos termos da Subcláusula 3.4;

DIRETRIZES: diretrizes do PCS conforme estabelecido na Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021;



CER por quantidade Nº /2021

ENCARGO DE ENERGIA DE RESERVA – EER: encargo específico destinado a cobrir os custos decorrentes da contratação de ENERGIA DE RESERVA, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, a ser rateado entre USUÁRIOS no SIN, nos termos da Lei nº 10.848, de 2004, e do Decreto nº 6.353, de 2008;

ENERGIA DE RESERVA: ENERGIA destinada ao aumento da segurança no fornecimento de ENERGIA ao SIN;

ENERGIA ELÉTRICA ou ENERGIA: quantidade de energia elétrica ativa durante qualquer período de tempo, expressa em MWh;

ENERGIA CONTRATADA: ENERGIA associada à obrigação contratual do VENDEDOR em termos de geração de ENERGIA proveniente da(s) USINA(S), cujo valor está definido na Cláusula 4ª;

ENERGIA GERADA: ENERGIA produzida pela(s) USINA(S), referenciada ao CENTRO DE GRAVIDADE;

EPE: Empresa de Pesquisa Energética, empresa pública instituída pela Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, responsável por estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento do setor energético;

GARANTIA FÍSICA: é o montante, em MW_{méd}, correspondente à quantidade máxima de ENERGIA relativa à USINA que poderá ser utilizada para comprovação de lastro para comercialização de ENERGIA por meio de contratos, estabelecido na forma constante da Portaria MME nº 258, de 28 de julho de 2008;

HABILITAÇÃO TÉCNICA: registro, cadastramento e Habilitação Técnica da USINA junto à EPE, nos termos das DIRETRIZES;

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA: processo de pagamento e recebimento de valores apurados como débitos e créditos, respectivamente, associados à contratação de ENERGIA DE RESERVA, que inclui o recolhimento do EER, a movimentação de recursos da CONER e o pagamento dos valores devidos aos agentes vendedores de ENERGIA DE RESERVA;

LOTE: montante de ENERGIA igual a 0,1 MW_{méd}, que representa a menor parcela negociada no PCS;

MAPA DA LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA: documento eletrônico emitido pela Superintendência da CCEE que informa todos os valores a serem movimentados pelo BANCO LIQUIDANTE, individualizando os débitos e créditos relativos ao VENDEDOR e aos USUÁRIOS;

MERCADO DE CURTO PRAZO – MCP: segmento da CCEE onde são comercializadas as diferenças entre os montantes de ENERGIA contratados e registrados pelos AGENTES DA CCEE e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos AGENTES DA CCEE;

NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA: documento formal destinado a comunicar as PARTES acerca de controvérsias que versem sobre as disposições do CONTRATO e/ou a elas relacionadas;



CER por quantidade Nº /2021

ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico, responsável pela coordenação, supervisão e controle da operação da geração e da transmissão de energia elétrica do SIN;

PCS: Procedimento Competitivo Simplificado destinado a contratar de ENERGIA DE RESERVA, de novos empreendimentos de geração de energia elétrica;

PERÍODO DE ANTECIPAÇÃO DO SUPRIMENTO: período compreendido entre a DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO e a data da entrada em operação comercial, conforme estabelece a Subcláusula 3.4;

PERÍODO DE ENTREGA DA ENERGIA CONTRATADA: corresponde ao intervalo de tempo compreendido entre 1º de maio de 2022 a 31 de dezembro de 2025;

PERÍODO DE SUPRIMENTO: intervalo de tempo compreendido entre a DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO e 31 de dezembro de 2025;

PLD: Preço de Liquidação de Diferenças, com valores máximo e mínimo definidos periodicamente pela ANEEL, levando em conta os custos variáveis de operação dos empreendimentos termelétricos disponíveis para o despacho centralizado, na forma do art. 57 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

POTÊNCIA INSTALADA: somatório das potências elétricas ativas nominais das unidades geradoras da USINA, comprometidas com este CONTRATO, nos termos do ATO AUTORIZATIVO, conforme ANEXO I do CONTRATO, expressa em MW;

PREÇO DE VENDA: preço associado ao lance vencedor submetido pelo VENDEDOR no PCS;

PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;

PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO: documentos elaborados pela ANEEL, com a participação dos agentes de distribuição e de outras entidades e associações do setor elétrico nacional, que normatizam e padronizam as atividades técnicas relacionadas ao funcionamento e desempenho dos sistemas de distribuição de ENERGIA;

PROCEDIMENTOS DE REDE: documentos elaborados pelo ONS com a participação dos agentes e aprovados pela ANEEL, que estabelecem os procedimentos e requisitos técnicos necessários ao planejamento, implantação, uso e operação do SIN, e definem as responsabilidades do ONS e dos agentes;

RECEITA ANTECIPADA: valor correspondente ao pagamento associado às situações estabelecidas na Subcláusula 6.8;

RECEITA DE VENDA: valor mensal de remuneração correspondente ao pagamento da geração mensal apurada;

REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO ou REGRAS: conjunto de regras operacionais e comerciais e suas formulações algébricas definidas pela ANEEL, e de cumprimento obrigatório pelos AGENTES DA CCEE, aplicáveis à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;



CER por quantidade Nº /2021

SISTEMA DE MEDIÇÃO DE FATURAMENTO ou SMF: conjunto de equipamentos necessários para a medição de grandezas elétricas e conjunto de medidores, transformadores de potencial e de corrente e equipamentos associados necessários para medir energia ativa e reativa, potência ativa e reativa, tensão e outras grandezas elétricas, conforme especificação técnica definida;

SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL ou SIN: conjunto de instalações e de equipamentos que possibilitam o suprimento de ENERGIA nas regiões do país interligadas eletricamente, conforme regulamentação aplicável;

SUBMERCADO: divisão do SIN para a qual é estabelecido PLD específico e cujas fronteiras são definidas em razão da presença e duração de restrições relevantes de transmissão aos fluxos de ENERGIA no SIN;

TRIBUTOS: são todos os impostos, taxas e contribuições, incidentes sobre o objeto do CONTRATO, excluído qualquer outro existente ou que venha a ser criado sobre o lucro líquido ou resultado de qualquer das PARTES. Tal exclusão abrange, não estando limitada a, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro e impostos ou contribuições sobre movimentações financeiras;

USINA: instalação industrial, descrita no ANEXO I do CONTRATO, que se destina à produção de ENERGIA proveniente de fonte solar fotovoltaica (de fonte térmica a biomassa);

USUÁRIO DE ENERGIA DE RESERVA (“USUÁRIO”): agente de distribuição, consumidor livre, consumidor especial, autoprodutor na parcela da ENERGIA adquirida, agente de geração com perfil de consumo ou agente de exportação que seja AGENTE DA CCEE;

VENDEDOR: titular de autorização de geração de ENERGIA definido no preâmbulo do CONTRATO.